

**Concessionária BR-040 S.A. –  
VIA 040**

**Relatório do Auditor Independente acompanhado das  
Demonstrações Contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2016**

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do Auditor independente	3
Demonstrações Contábeis	10
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	16

# Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes  
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar  
Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150  
[www.granthornton.com.br](http://www.granthornton.com.br)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040**  
Nova Lima - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº. 1.a. e 11 às demonstrações contábeis, que indicam que em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 981.051 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos no montante de R\$ 951.333 mil. Conforme apresentado nas Notas explicativas nº.1.a. e 11, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nestas mesmas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.



## Ênfases

**Investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia no âmbito das operações “Lava Jato” e “Greenfield”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado.

**Redução ao valor recuperável do ativo (“Impairment”)**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas explicativas nº. 8 e 9, onde a Administração da Companhia informa que efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Medida Provisória 752, de 24 de novembro de 2016. Tal premissa tem como entendimento a recuperabilidade dos montantes investidos pela Concessionária até o momento da referida relicitação e considera o progresso das discussões e tramitações em torno da conversão em Lei da Medida Provisória 752.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assuntos descritos nas seções “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” e “Ênfases”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**Reconhecimento de receita (nota explicativa 2.3)**

Em virtude da relevância da receita operacional líquida nas demonstrações contábeis da Companhia, bem como da rede de sistemas e processos que suportam seu reconhecimento há: (i) o risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento e (ii) o risco de que os sistemas utilizados na captura, processamento e “*interfaces*” que alimentam os valores reconhecidos nos registros contábeis apresentem falhas e, conseqüentemente, possam produzir erros na forma de apropriação das receitas.

## Procedimentos de auditoria:

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da concessão; (ii) avaliação do desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento e aplicação de procedimentos de auditoria sobre os principais controles internos desenhados pela administração para prevenir ou detectar distorções no processo de reconhecimento de receita; (iv) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no reconhecimento da receita e a utilização de nossos especialistas em tecnologia da informação para

exames nos controles automatizados dos sistemas relevantes e (v) seleção de transações ao longo do exercício e confronto com a respectiva documentação suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia.

#### **Ativos intangíveis - ICPC 01 – Contratos de Concessão (nota explicativa 9)**

A Companhia está enquadrada na Interpretação Contábil ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual prevê aspectos específicos no registro das operações de concessões governamentais, as quais são aplicáveis estritamente às empresas em atividades comuns relacionadas à estas operações.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo, sendo esses ativos registrados como intangível, pois são revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Desta forma, o assunto foi considerado em nossa auditoria como um risco na constituição dos ativos intangíveis, uma vez que as adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.

#### **Procedimentos de auditoria:**

Nossos procedimentos basearam-se na avaliação detalhada quanto ao processo de registro das operações de concessões governamentais, através de seus respectivos contratos de concessão, testamos documentalmente os registros contábeis e revisamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia diante das exigências do ICPC01.

#### **Contratação de prestadores de serviços (nota explicativa 9)**

A Companhia mantém contratos significativos de Construção e Serviços para a cumprimento de suas obrigações de concessão e manutenção de suas operações. Desta forma, a Companhia deve sempre estabelecer os critérios e, também, manter um manual completo e detalhado para orientação quanto aos procedimentos, atitudes e comportamentos à serem adotados nos processos de contratação e gestão de empresas prestadoras de serviços; buscando, desta forma, a segurança operacional e jurídica e, principalmente, a salvaguarda de seus ativos e boa aplicação dos recursos financeiros.

#### **Procedimentos de auditoria:**

Concentramos nosso trabalho principalmente nos processos de cotação e contratação de novos fornecedores. Estes incluem, principalmente, os grandes projetos de infra-estrutura para construção e manutenção de sua concessão, através de contratos com empreiteiras. Inspecionamos os contratos firmados entre a Companhia e seus respectivos prestadores de serviços, observando o atendimento contratual, previsões de serviços futuros e, principalmente, as evidências dos serviços prestados.

#### **Empréstimos e cláusulas restritivas (“Covenants”) (nota explicativa 11)**

A Companhia detém passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia, quando aplicável, está sujeita ao atendimento de “*Covenants*”. Nós nos concentramos nesses grupos de contas, uma vez que estes apresentam impactos significativos no resultado da Companhia, além de: (i) sua relevante posição financeira, (ii) alto volume de transações e (iii) número de contrapartes envolvidas.

**Procedimentos de auditoria:**

Nossos procedimentos basearam-se na avaliação detalhada quanto ao processo do registro inicial das dívidas emitidas/assumidas através da análise dos contratos disponibilizados, revisão e confrontos documentais, através de extratos bancários para as liquidações do período, recálculos dos juros e encargos incorridos, confirmação de saldos junto à terceiros, acompanhamento, quando aplicável, dos “*Covenants*” exigidos contratualmente e, principalmente, baseado em nossas revisões sobre os procedimentos de elaboração das demonstrações contábeis em atendimento às práticas contábeis brasileiras.

**Provisão para riscos processuais (nota explicativa 12)**

As provisões para riscos processuais referem-se, principalmente, à processos nas esferas trabalhista e cíveis. Todas as reivindicações recebidas pelo departamento jurídico são analisadas em conjunto com a Administração, sendo que as posições adotadas pela Companhia baseiam-se nas experiências quanto às liquidações de créditos passados e aconselhamentos com advogados externos. Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro.

**Procedimentos de auditoria:**

Com relação aos riscos processuais, aplicamos os seguintes procedimentos visando a obtenção de nossa segurança: (i) enviamos cartas de confirmação à 100% dos assessores legais que mantém relação com a Companhia, solicitando que nos confirmassem a totalidade dos processos em que estão envolvidos e suas respectivas probabilidades de ganho/ perda; (ii) observamos se os montantes constantes nos relatórios apresentados pelos advogados internos e externos foram adequadamente refletidos como provisão nos livros e registros, e testamos a precisão matemática do relatório e dados apresentados; (iii) quanto às principais questões judiciais optamos por efetuar discussões com os responsáveis no departamento jurídico e com a Administração, solicitando a documentação suporte para entendimento da situação dos processos e bases utilizadas para as definições quanto ao risco de perda/ ganho.

**Outros assuntos****Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 30 de março de 2016, com ênfase sobre a continuidade operacional da Companhia.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.





Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

A handwritten signature in blue ink that reads "Ana Cristina Linhares Areosa".

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - MG

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - MG

**CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.796	3.044
Aplicações financeiras	4	15.000	8.748
Créditos a receber	5	31.739	28.022
Estoques		2.803	2.629
Impostos a recuperar	6.a	7.133	2.919
Adiantamentos diversos		534	3.022
Despesas antecipadas		2.590	1.297
Partes relacionadas	7	234	6
Total do ativo circulante		<u>63.829</u>	<u>49.687</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	-	9.279
Depósitos judiciais		2.887	1.312
Outros		-	829
Imobilizado	8	34.697	34.203
Intangível	9	1.405.780	1.122.533
Total do ativo não circulante		<u>1.443.364</u>	<u>1.168.156</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>1.507.193</b></u>	<u><b>1.217.843</b></u>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	58.542	63.151
Empréstimos e financiamentos	11	951.333	771.062
Salários e encargos sociais a receber		9.831	10.116
Impostos e contribuições a recolher	6.c	6.124	8.161
Adiantamentos de clientes		4	338
Partes relacionadas	7	-	15.621
Provisão para manutenção	20	1.194	320
Provisão ambiental	21	806	250
Outras contas a pagar		17.046	5.542
Total do passivo circulante		<u>1.044.880</u>	<u>874.561</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	5.785	6.638
Empréstimos e financiamentos	11	8.455	9.721
Partes relacionadas	7	37.643	-
Impostos diferidos passivos	6.b	1.318	-
Provisão para riscos	12	3.570	1.672
Provisão ambiental	21	2.726	4.312
Total do passivo não circulante		<u>59.497</u>	<u>22.343</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	13.a	397.500	395.000
Prejuízos acumulados		(49.684)	(76.561)
Total do patrimônio líquido		<u>347.816</u>	<u>318.439</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	55.000	2.500
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		<u>402.816</u>	<u>320.939</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>1.507.193</b></u>	<u><b>1.217.843</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	14	290.146	134.631
Receita de construção	14	216.473	536.386
Custo dos serviços prestados	14	(180.348)	(42.703)
Custo de construção	14	<u>(214.331)</u>	<u>(531.076)</u>
LUCRO BRUTO		<u>111.940</u>	<u>97.238</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(38.939)	(44.109)
Outras receitas / despesas, líquidas	14	<u>159</u>	<u>(88.170)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(38.780)</u>	<u>(132.279)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	15	3.537	3.194
Despesas financeiras	15	<u>(39.224)</u>	<u>(21.463)</u>
		<u>(35.687)</u>	<u>(18.269)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		37.473	(53.311)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 d	<u>(10.596)</u>	<u>(1.746)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>26.877</u>	<u>(55.057)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária (básico e diluído) - R\$	16	<u>0,069</u>	<u>(0,145)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>26.877</u>	<u>(55.057)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>26.877</u></u>	<u><u>(55.057)</u></u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Capital social			Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
	Subscrito	A integralizar	Total			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	395.000	(80.000)	315.000	(21.504)	-	293.496
Integralização de capital em 6 de março de 2015	-	80.000	80.000	-	-	80.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	2.500	2.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	(55.057)	-	(55.057)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<u>395.000</u>	<u>-</u>	<u>395.000</u>	<u>(76.561)</u>	<u>2.500</u>	<u>320.939</u>
Integralização de capital em 21 de dezembro de 2016	-	2.500	-	-	(2.500)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	55.000	55.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.877	-	26.877
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<u>395.000</u>	<u>2.500</u>	<u>397.500</u>	<u>(49.684)</u>	<u>55.000</u>	<u>402.816</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		37.473	(53.311)
Depreciação e amortização	8 e 9	36.497	16.123
Resultado na baixa de bens do imobilizado e intangível	8 e 9	8.060	1.021
Margem de construção		(2.142)	(5.310)
Variações monetárias e encargos, líquidos		2.240	15.785
Provisão de manutenção		874	320
Perda no recebimento de créditos		5.628	-
Provisão para riscos		1.898	1.672
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber de clientes		(9.345)	(28.022)
Estoques		(174)	(1.447)
Impostos a recuperar	6.a	4.005	6.042
Déposito judicial		(1.575)	(1.312)
Adiantamentos		2.619	(2.511)
Despesas antecipadas		763	31
Partes relacionadas		-	-
Outras contas a receber		6.457	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	10	7.987	5.717
Salários e encargos sociais a recolher		(285)	5.311
Impostos a recolher	6.d	(2.037)	5.225
Impostos pagos		(6.824)	-
Adiantamento de clientes		(334)	338
Partes relacionadas	7	22.022	14.742
Outras obrigações e contas a pagar		5.425	4.463
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>119.232</u>	<u>(15.123)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicação financeira		(4.460)	268.480
Aquisição de imobilizado	8	(6.203)	(12.698)
Aquisição de intangível	9	(258.826)	(510.449)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(269.489)</u>	<u>(254.667)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital	13	-	80.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		55.000	2.500
Captação de empréstimos e financiamentos	11	160.479	205.217
Custo de captação	11	(11.283)	(13.741)
Pagamento de empréstimos de financiamentos	11	(1.266)	(1.039)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(51.921)	(714)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>151.009</u>	<u>272.223</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>752</u>	<u>2.433</u>
Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa	3	3.044	611
Saldo final caixa e equivalentes de caixa	3	<u>3.796</u>	<u>3.044</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>752</u>	<u>2.433</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		630.661	742.095
Receita operacional	14	316.393	147.217
Receita de construção	14	314.213	594.878
Outras		55	-
Insumos adquiridos de terceiros		(337.388)	(634.143)
Custos de construção	14	(214.331)	(531.076)
Materiais, serviço de terceiros e outros	14	(123.057)	(103.067)
Perda no recebimento de créditos		-	-
Valor adicionado bruto		<u>293.273</u>	<u>107.952</u>
Retenções		(36.497)	(16.123)
Depreciação e amortização	8 e 9	(36.497)	(16.123)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>256.776</u>	<u>91.829</u>
Valor adicionado recebido em transferência		11.444	13.126
Receitas financeiras	15	11.444	13.126
Valor adicionado total a distribuir		<u>268.220</u>	<u>104.955</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>268.220</u>	<u>104.955</u>
Pessoal e encargos		49.049	43.737
Remuneração direta		34.571	32.719
Benefícios		11.115	6.815
FGTS		2.327	1.844
Outros		1.036	2.359
Impostos, taxas e contribuições		44.562	21.012
Federais		30.389	14.379
Municipais		14.173	6.633
Remuneração capital de terceiros		147.732	95.263
Juros		90.240	53.703
Aluguéis		2.692	5.226
Outras		54.800	36.334
Remuneração de capital próprio		26.877	(55.057)
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		26.877	(55.057)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

##### 1.a) Operações da Companhia

A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, e localizada a Avenida Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014 (data de assunção), podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA 040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA 040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR.

Em 30 de julho de 2015, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Concessão. A autorização foi dada pela ANTT para as praças de pedágio 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12. Em 23 de agosto de 2015, a Companhia deu início a cobrança de pedágio nas praças 09 e 10, também conforme autorizado pela ANTT.

Em 31 de dezembro de 2016, a VIA 040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$981.051 (R\$824.874 em 31 de dezembro de 2015), devido ao financiamento de curto prazo no montante de R\$951.333 com o BNDES, cujo



vencimento era previsto para 15 de março de 2016. Este prazo foi prorrogado para 15 de novembro de 2016 e, posteriormente, prorrogado por mais seis meses, passando então a vencer em 15 de maio de 2017.

Vale esclarecer que a Companhia está adimplente com suas obrigações contratuais e com o cronograma de obras, não tendo havido nenhum descumprimento.

As condições macroeconômicas e socioeconômicas se deterioraram significativamente entre 2013, ano do leilão do trecho sob concessão, e 2016, refletindo em alta de custos, principalmente aumentos extraordinários em preços administrados, revisão do valor de crédito a ser liberado para projetos de infraestrutura pelo BNDES, novas legislações, bem como atrasos na liberação de licenciamentos ambientais gerando incertezas significativas quanto a rentabilidade do projeto de infraestrutura em sua forma atual.

Em 24 de novembro de 2016 o Governo Federal publicou a Medida Provisória (“MP”) nº 752 que, dentre outras, estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal. A administração da Companhia está avaliando os possíveis impactos das novas regras no caso de uma conversão desta MP em Lei o que poderia ser determinante para a Companhia diante das diretrizes ali definidas.

A Administração da VIA 040 tem atuado ativamente visando o alongamento do perfil da dívida, melhora dos indicadores financeiros e eficiência para aumento da geração de caixa operacional. Caso os planos da Companhia não sejam cumpridos com êxito, haverá a existência de uma incerteza significativa quanto a capacidade da Companhia saldar os compromissos de curto prazo e manter a continuidade de suas operações.

#### 1.b) Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da controladora INVEPAR e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objeto dos mandados em questão (i) foi relacionado a temas específicos, entre eles, fatos relacionados ao acionista indireto OAS, que se encontra sob investigação no âmbito da operação “lava jato”; (ii) não continham nenhuma referência às concessões e atividades da INVEPAR ou demais controladas; e (iii) a controladora divulgou fato relevante em 12 de abril de 2016 esclarecendo os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da

Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela administração da Companhia em 28 de março de 2017, compreendem:

### 2.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas, já emitidas, a seguir:

- a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:
  - IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Fornece orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.
  - IAS 12 – Tributo sobre o lucro – Esclarecimentos sobre o reconhecimento de um ativo fiscal diferido para perdas não realizadas.
- b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:
  - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
  - IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
  - IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido

para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – *Leasing* – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não deverão representar impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

## 2.2 Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão.

## 2.3 Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágio e receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1).

A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## 2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto àqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção até que todas as atividades necessárias ao preparo para uso do ativo qualificável estejam concluídas.

## 2.5 Créditos a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia reconhece as perdas na realização dos créditos levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento) e são reconhecidos como perda definitiva (crédito não recuperado) após vencidos há mais de dois meses do reconhecimento do crédito, prazo máximo contratual de contestação junto às Administradoras de Meios Automáticos de Pagamentos (“AMAPs”), do reconhecimento do crédito.

## 2.6 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

## 2.7 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

## 2.8 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

## 2.9 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão (Direito de exploração da infraestrutura conforme ICPC 01 (IFRIC12)) e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

## 2.10 Ajuste para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda pela deteriorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

## 2.11 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

## 2.12 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Receitas financeiras	Receitas acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	4,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A Companhia é habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (“REIDI”) desde 08 de maio de 2014 e esta habilitação possui validade de 05 anos contados a partir desta data. O REIDI suspende a incidência de PIS e COFINS sobre as vendas de bens e serviços a pessoas jurídicas que tenham projetos aprovados para implantação de obras de infraestrutura nos setores de transporte, portos, energia, saneamento básico e irrigação.

#### 2.13 Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

##### Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

##### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.



## 2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

## 2.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

### Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

#### *Principais fontes de incertezas nas estimativas*

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões,

inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### *Impostos*

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### *Participação nos lucros e resultado (“PLR”)*

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### *Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível*

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

## 2.16 Instrumentos financeiros

### a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

### b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15; (ii) mantidos para negociação, (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;

- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

#### Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de patrimônio disponíveis para venda que não são cotados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável e os derivativos relacionados a, e que devem ser liquidados mediante entrega de, tal instrumento de patrimônio não cotado são mensurados ao custo e deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

### Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do grupo com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do grupo, dos dois o menor.

### Passivos financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

#### Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como

durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

## 2.17 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

## 2.18 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

## 2.19 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

## 2.20 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	2.500	1.473
Bancos	<u>1.296</u>	<u>1.571</u>
	<u>3.796</u>	<u>3.044</u>

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações financeiras não vinculadas:					
Compromissada com lastro em debêntures (a)	88% a 100,8%	CDI	Jan-17 Mar-17 Mai-21	15.000	8.748
Aplicações financeiras - Circulante				<u>15.000</u>	<u>8.748</u>

(a) As aplicações compromissadas são classificadas como empréstimos e recebíveis remunerados pela taxa de 88% a 100,8% do CDI e as mesmas possuem liquidez diária, podendo os valores serem resgatados a qualquer momento, sem alteração significativa de valor (em 31 de dezembro de 2015, pela taxa de 75% e 99,00% do CDI).

### 5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AVI (*)	13.154	9.283
Vale pedágio	1.180	1.004
Ocupação da faixa de domínio (**)	17.405	10.341
Outros	-	7.394
	<u>31.739</u>	<u>28.022</u>

(\*) O saldo da rubrica “AVI” é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 30 dias.

(\*\*) Os saldos apresentados advêm da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme previsto no contrato de concessão e autorizado pela ANTT.

A Companhia não registra a estimativa para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”), reconhecendo como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 60 dias do reconhecimento do crédito não recebido.

## 6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social (*)	6.330	-
PIS e COFINS	20	-
IRRF sobre aplicações financeiras	494	2.916
Outros	289	3
	<u>7.133</u>	<u>2.919</u>

(\*) A Companhia antecipou impostos por estimativa ao longo do ano calendário e não apurou imposto devido na apuração de ajuste anual.

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal	10.158	10.158
Base negativa da contribuição social	3.658	3.658
Participação nos lucros e resultado (PLR)	639	639
Provisões não dedutíveis	1.242	1.242
Juros capitalizados (**)	(12.874)	-
Custo de captação	-	(2.947)
Margem de construção (*)	(1.607)	(1.665)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(2.534)	(1.806)
	<u>(1.318)</u>	<u>9.279</u>
Impostos Diferidos – Ativo	15.697	15.697
Impostos Diferidos – Passivo	(17.015)	(6.418)

(\*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$5, pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. O custo de captação, durante o RTT, é realizado conforme o prazo do financiamento.

(\*\*) Em 2015 a Companhia optou pela dedutibilidade mediante a amortização do ativo. Em 2016 a Companhia optou pela dedutibilidade na largada conforme Art. 73 § 3 da Lei 1515.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da



Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. No período de 2016, a Companhia manteve os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que haviam sido registrados com base nas projeções de resultado tributável feitas em 2015 e decidiu não registrar imposto de renda e contribuição social diferidos adicionais.

A Companhia não constituiu, até dezembro de 2016, IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias no montante de R\$ 14.905 (R\$ 18.983 em 31 de dezembro de 2015).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/12/2016</u>	
2018	15.697	
	<u>15.697</u>	
c) <u>Tributos a recolher</u>		
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS	1.052	2.996
ISS	2.626	2.944
IRRF e CSRF	1.782	1.929
INSS sobre terceiros	664	292
	<u>6.124</u>	<u>8.161</u>
d) <u>Imposto de renda e contribuição social no resultado</u>		
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	37.473	(53.311)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(12.741)	18.126
Adições permanentes	(1.933)	(889)
Efeito imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	4.078	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	-	(18.984)
Total dos impostos no resultado	(10.596)	(1.746)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.596)	(1.746)
Alíquota efetiva	28,28%	3,28%

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que, dentre outras providências, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015 (adoção opcional a partir de 2014), com a introdução de novo regime tributário.

A Companhia avaliou os impactos desta Lei e os aplicou a partir de 1º de janeiro de 2015.

## 7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

### Composição

Parte relacionada	Transação	Relação com a companhia	31/12/2016		
			Ativo circulante	Passivo não circulante	(Despesas)
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	Controladora	-	9.515	(8.063)
INVEPAR	Aval (**)	Controladora	-	28.128	(14.580)
LAMSAC	Serviços compartilhados (*)	Coligada	96	=	-
METRORIO	Serviços compartilhados (*)	Coligada	138	-	-
			<u>234</u>	<u>37.643</u>	<u>(22.643)</u>

Parte relacionada	Transação	Relação com a Companhia	31/12/2015			(Custo de construção)
			Ativo circulante	Passivo circulante	(Despesas)	
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	Controladora	6	15.620	(5.757)	
INVEPAR	Aval (**)	Controladora	-	13.549	(13.549)	
METRORIO	Serviços compartilhados (*)	Coligada	-	1	(1)	
CART	Serviços compartilhados (*)	Coligada	-	-	(7)	
OAS	Contrato de empreitada	Acionista indireto	-	-	=	(302.47)
			<u>6</u>	<u>15.621</u>	<u>(19.314)</u>	<u>(302.47)</u>

(\*) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Os rateios, geralmente, são liquidados no prazo de 1 mês, por isso não sofrem a correção de juros.

(\*\*) Cobrança da Invepar por alienação de suas ações, na Via040, aos bancos fiadores do Empréstimo Ponte.

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de

terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço específico. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estavam de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ANTT.

Em 16 de setembro de 2015, a Companhia notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de resilir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Dado o distrato contratual supracitado, a Companhia e a Construtora OAS S.A. impetraram diversos pleitos entre as partes visando manter o equilíbrio contratual. Os pleitos formalizados pela Construtora OAS S.A. contra a Companhia, foram analisados por consultores técnicos e jurídicos, contratados pela Companhia, que culminaram em um acordo de pagamento da Via 040 para com a Construtora OAS S.A. no montante total de R\$35.431 e que teve R\$ 34.292 reconhecido a título de custo de construção.

Em 16 de outubro de 2015, foi formalizado o distrato contratual com a Construtora OAS S.A.

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia, de comum acordo com a Construtora OAS S.A., liquidou, parte da obrigação firmada com a mesma, advindas dos pleitos supracitados, com pagamento de R\$34.292. O saldo residual seria pago pela Companhia assim que a Construtora OAS S.A. realizasse correções nas obras entregues, prevista no acordo entre as partes.

Em face à não execução dos reparos dos vícios supracitados, em 07 de abril de 2016, as partes firmaram termo de transação onde dão plena quitação entre as obrigações citadas anteriormente. Desde essa data não há mais obrigações entre as partes, exceto as garantias previstas em contrato.

#### Remuneração da administração

Em 29 de abril de 2016 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$4.195.

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave das administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta pelos valores abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pró-labore	1.856	2.201
Encargos	371	440
Bônus	374	1.188
Outros benefícios	167	38
	<u>2.768</u>	<u>3.867</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou o montante de R\$374, de bônus para os administradores.

## 8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
<b>Custo</b>						
Instalações	10	56	-	-	(47)	9
Máquinas e equipamentos	10	13.158	598	(3)	(208)	13.545
Móveis e utensílios	10	2.658	1.069	(5)	982	4.704
Veículos	20	18.156	42	(151)	-	18.047
Equipamentos de informática	20	7.105	2.352	(67)	4.386	13.776
Adiantamento a fornecedores	-	9	786	(795)	-	-
Imobilizado em andamento	-	446	-	-	(446)	-
		<u>41.588</u>	<u>4.847</u>	<u>(1.021)</u>	<u>4.667</u>	<u>50.081</u>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Instalações		(8)	(5)	-	11	(2)
Máquinas e equipamentos		(1.950)	(2.002)	-	(2)	(3.954)
Móveis e utensílios		(158)	(459)	-	(9)	(626)
Veículos		(4.184)	(3.621)	57	-	(7.748)
Equipamentos de informática		(1.085)	(1.987)	-	18	(3.054)
		<u>(7.385)</u>	<u>(8.074)</u>	<u>57</u>	<u>18</u>	<u>(15.384)</u>
Imobilizado líquido		<u>34.203</u>	<u>(3.227)</u>	<u>(964)</u>	<u>4.685</u>	<u>34.697</u>

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
<b>Custo</b>						
Instalações	10	62	17	-	(23)	56
Máquinas e equipamentos	10	1.719	6.645	-	4.794	13.158
Móveis e utensílios	10	136	2.522	-	-	2.658
Veículos	20	22.830	319	(199)	(4.794)	18.156
Equipamentos de informática	20	3.606	3.476	-	23	7.105
Adiantamento a fornecedores	-	100	9	(100)	-	9
Imobilizado em andamento	-	66	380	-	-	446
		<u>28.519</u>	<u>13.368</u>	<u>(299)</u>	<u>-</u>	<u>41.588</u>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Instalações		(1)	(7)	-	-	(8)
Máquinas e equipamentos		(8)	(641)	-	(1.301)	(1.950)
Móveis e utensílios		(2)	(156)	-	-	(158)
Veículos		(345)	(5.144)	4	1.301	(4.184)
Equipamentos de informática		(49)	(1.036)	-	-	(1.085)
		<u>(405)</u>	<u>(6.984)</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(7.385)</u>
Imobilizado líquido		<u>28.114</u>	<u>6.384</u>	<u>(295)</u>	<u>-</u>	<u>34.203</u>

### Redução ao valor recuperável do ativo (“Impairment”)

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais,

fundamentados pela publicação da MP 752, conforme citado na nota explicativa 1.a. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno da conversão em Lei da MP 752 e suas regulamentações em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

#### Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais. Os veículos que foram financiados por intermédio dos contratos de FINAME, conforme nota explicativa 11, estão alienados fiduciariamente às instituições financiadoras.

### 9. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Custo						
Software	5 anos	4.113	1.950	-	2.432	8.495
Direitos da concessão	(*)	707.318	7.288	-	408.141	1.122.747
Adiantamento a fornecedores		5.046	162	(3.033)	(1.212)	963
Intangível em construção		<u>416.014</u>	<u>314.051</u>	<u>(4.094)</u>	<u>(414.027)</u>	<u>311.944</u>
		<u>1.132.491</u>	<u>323.451</u>	<u>(7.127)</u>	<u>(4.666)</u>	<u>1.444.149</u>
Amortização acumulada						
Software		(642)	(1.173)	-	(17)	(1.832)
Direitos da concessão		<u>(9.316)</u>	<u>(27.250)</u>	<u>31</u>	<u>(2)</u>	<u>(36.537)</u>
		<u>(9.958)</u>	<u>(28.423)</u>	<u>31</u>	<u>(19)</u>	<u>(38.369)</u>
Intangível líquido		<u>1.122.533</u>	<u>295.028</u>	<u>(7.096)</u>	<u>(4.685)</u>	<u>1.405.780</u>

	Prazo de vida útil	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Custo						
Software	5 anos	2.913	1.200	-	-	4.113
Direitos da concessão	(*)	3.637	191.088	-	512.593	707.318
Adiantamento a fornecedores		2.883	5.916	(718)	(3.035)	5.046
Intangível em construção		<u>524.959</u>	<u>400.621</u>	<u>(8)</u>	<u>(509.558)</u>	<u>416.014</u>
		<u>534.392</u>	<u>598.825</u>	<u>(726)</u>	<u>-</u>	<u>1.132.491</u>
Amortização acumulada						
Software		(15)	(627)	-	-	(642)
Direitos da concessão		<u>(804)</u>	<u>(8.512)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.316)</u>
		<u>(819)</u>	<u>(9.139)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.958)</u>
Intangível líquido		<u>533.573</u>	<u>589.686</u>	<u>(726)</u>	<u>-</u>	<u>1.122.533</u>

(\*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de Abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota Explicativa 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(\*) Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de início da operação do ativo.

### Redução ao valor recuperável do ativo (“Impairment”)

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da MP 752, conforme citado na nota explicativa 1.a. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno da conversão em Lei da MP 752 e suas regulamentações em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

### Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

## 10. FORNECEDORES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Fornecedores nacionais	50.231	55.494
Retenções contratuais	7.353	6.723
Verba de fiscalização (ANTT)	958	934
	<u>58.542</u>	<u>63.151</u>
Não circulante		
Fornecedores nacionais	5.785	6.638
	<u>64.327</u>	<u>69.789</u>

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
BNDÉS - Ponte	Reais	TJLP + 2% a.a.	mai/17	974.234	775.542
BNDÉS - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	9.746	11.015
Custo de captação				(24.192)	(5.774)
Total				<u>959.788</u>	<u>780.783</u>
Circulante				951.333	771.062
Não circulante				8.455	9.721

Descrição	31/12/2015	Captações	Amortização do principal	Juros pagos (*)	Juros incorridos (**)	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2016
Passivo circulante									
BNDES - Ponte	775.542	160.479	-	(51.313)	89.526	-	-	-	974.234
BNDES - FINAME	1.294	-	(1.266)	(608)	605	-	-	1.266	1.291
Custos a amortizar	(5.774)	-	-	-	-	(56.580)	38.162	-	(24.192)
	<u>771.062</u>	<u>160.479</u>	<u>(1.266)</u>	<u>(51.921)</u>	<u>90.131</u>	<u>(56.580)</u>	<u>38.162</u>	<u>1.266</u>	<u>951.333</u>
Passivo não circulante									
BNDES - FINAME	9.721	=	=	=	=	=	=	(1.266)	8.455
	<u>9.721</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>(1.266)</u>	<u>8.455</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>780.783</u>	<u>160.479</u>	<u>(1.266)</u>	<u>(51.921)</u>	<u>90.131</u>	<u>(56.580)</u>	<u>38.162</u>	<u>=</u>	<u>959.788</u>

  

Descrição	31/12/2014	Captações	Amortização do principal	Juros pagos (*)	Juros incorridos	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2015
Passivo circulante									
BNDES - Ponte	-	205.217	-	-	52.038	-	-	518.287	775.542
BNDES - FINAME	1.290	-	(1.039)	(714)	491	-	-	1.266	1.294
Custos a amortizar	-	-	-	-	-	(18.762)	21.657	(8.669)	(5.774)
	<u>1.290</u>	<u>205.217</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(714)</u>	<u>52.529</u>	<u>(18.762)</u>	<u>21.657</u>	<u>510.884</u>	<u>771.062</u>
Passivo não circulante									
BNDES - Ponte	518.287	-	-	-	-	-	-	(518.287)	-
BNDES - FINAME	10.987	-	-	-	-	-	-	(1.266)	9.721
Custos a amortizar	(8.669)	=	=	=	=	=	=	8.669	=
	<u>520.605</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>(510.884)</u>	<u>9.721</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>521.895</u>	<u>205.217</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(714)</u>	<u>52.529</u>	<u>(18.762)</u>	<u>21.657</u>	<u>=</u>	<u>780.783</u>

(\*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(\*\*)Os juros incorridos foi de R\$90.131, sendo R\$74.576 capitalizados no intangível, conforme Nota Explicativa 22.

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

O principal e o juros da dívida devem ser pagos ao BNDES em prestação única, no valor principal vencendo da dívida, que originalmente vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016, porém teve sua data de vencimento renegociada em conjunto com o BNDES para 15 de maio de 2017.

As liberações ocorridas, referentes aos subcréditos A e B, foram as seguintes:

Subcrédito	Data	Montante
A	22 de setembro de 2014	R\$322.000
	26 de dezembro de 2014	R\$190.000
	22 de maio de 2015	R\$117.000
	27 de agosto de 2015	R\$22.814
	24 de setembro de 2015	R\$65.403
B	25 de janeiro de 2016	R\$83.085
	27 de janeiro de 2016	R\$77.394

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da Companhia para com o BNDES, a INVEPAR, detentora da totalidade das ações, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de

Penhor de Direitos Creditórios, as ações da Companhia que detêm da Companhia como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

Como condição de liberação dos créditos pelo BNDES, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Bradesco cartas de fianças, conforme detalhado a seguir:

<b>Fiador</b>	<b>Valor total da carta original</b>	<b>%</b>
Itaú	R\$250.000	25,8866
BB	R\$250.000	25,8866
BDMG	R\$215.750	22,3402
Bradesco	R\$250.000	25,8866

As cartas fianças, por sua vez, são garantidas por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, datado de 25 de agosto de 2014 e respectivos aditivos, firmados entre a Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., Itaú Unibanco S.A., na qual a Companhia empenha todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Concessão, respeitado o disposto no art. 28, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões Públicas”), incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da Concessão e que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão (“Direitos Creditórios Empenhados”). Além disso, nos termos do Contrato de Prestação de Garantias, a INVEPAR constituiu em favor dos Fiadores penhor sobre a totalidade das ações, presentes ou futuras, de emissão da Companhia e de sua titularidade, representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, por meio de contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças datado de 25 de agosto de 2014, que possui a Itaú Corretora de Valores S.A. como instituição depositária.

O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Companhia e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$10.000 ou (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.



Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir parte da sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofre incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2016, todas às cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

<u>Modalidade</u>	<u>Número do contrato</u>	<u>Data de liberação</u>	<u>Valor do contrato/ Valor liberado</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/2024
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/2024
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/2024
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/2024
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/2024
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/2024
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/2024
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/2024
FINAME	40/00983-1	15/12/14	<u>3.635</u>	15/08/2024
			<u>12.026</u>	

## 12. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é ré em processos de natureza cível, trabalhista e administrativo sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta nota explicativa.

### a) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados.

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é ré em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

c) Riscos administrativos:

Estes processos envolvem penalidades e sanções monetárias impostas à Companhia pelo Poder Concedente devido a falhas no atendimento aos parâmetros de desempenho exigidos no Contrato de Concessão.

Movimentação da provisões para contingências prováveis:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2016</u>
Administrativa	1.587	1.238	-	-	2.825
Trabalhista	72	801	(229)	10	654
Cíveis	<u>13</u>	<u>148</u>	<u>(70)</u>	-	<u>91</u>
Total	<u>1.672</u>	<u>2.187</u>	<u>(299)</u>	<u>10</u>	<u>3.570</u>

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2015</u>
Administrativa	-	1.587	1.587
Trabalhista	-	72	72
Cíveis	=	<u>13</u>	<u>13</u>
Total	=	<u>1.672</u>	<u>1.672</u>

O montante das causas com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2016 é de R\$12.764 (R\$1.537 em 31 de dezembro de 2015), onde R\$7.913 (R\$1.129 em 31 de dezembro de 2015) representam causas de natureza trabalhista e R\$4.851 (R\$408 em 31 de dezembro de 2015) representam causas de natureza cível. Como causas de natureza cível com probabilidade de perda possível, há processos questionando a cobrança futura de pedágio.

A Companhia reconheceu provisões de contingências, no montante de R\$2.825 (R\$1.587 em 31 de dezembro de 2015) referente a multas impetradas pelo Poder Concedente enquanto discutidas no âmbito administrativo da ANTT, cuja a probabilidade de perda foi julgada como provável.

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

	<u>Número de ações</u>	<u>% Participação</u>	<u>Ações ordinárias</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	397.830.039	100	397.830.039

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela INVEPAR a subscrição de 397.830.039 (trezentos e noventa e sete milhões e oitocentos e trinta mil e trinta e nove) de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal a Companhia e seu capital social foi integralizado, como segue:

- Em 21 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$39.500.
- Em 24 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$275.500.
- Em 06 de março de 2015, foi realizada a integralização de R\$80.000.
- Em 21 de dezembro de 2016, foi realizada a integralização de R\$2.500, mediante a emissão de 2.830.039 ações .

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016 o capital social encontrava-se integralizado em R\$397.500 (R\$395.000 em 31 de dezembro 2015).

#### b) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
INVEPAR	<u>55.000</u>	<u>2.500</u>
	<u>55.000</u>	<u>2.500</u>

O adiantamento para futuro aumento de capital foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia e integralizado em 21 de dezembro de 2016.

#### c) Reserva legal

A Companhia destinará 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

## 14. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das receitas, custos e despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas, custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

## Receitas por natureza

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita bruta de pedágio	309.279	136.867
Receita extraordinária	7.114	10.350
Receita de construção	216.473	536.386
Deduções da receita		
PIS	(2.132)	(1.060)
COFINS	(9.837)	(4.893)
ISS	(14.278)	(6.633)
Receita líquida	<u>506.619</u>	<u>671.017</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

## Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal e encargos	(56.767)	(50.418)
Conservação e manutenção	(35.164)	(31.463)
Comunicação, marketing e publicidade	(305)	(728)
Seguros e garantias	(5.262)	(4.152)
Combustíveis e lubrificantes	(6.902)	(5.742)
Consultoria e assessoria	(2.928)	(4.814)
Taxas e impostos (*)	(12.977)	(13.899)
Alugueis	(2.692)	(3.888)
Serviços de terceiros	(18.784)	(16.994)
Perda no recebimento de créditos (**)	(5.628)	-
Provisão para riscos	(1.898)	(1.672)
Serviços compartilhados	(8.063)	(6.339)
Depreciação e amortização	(36.497)	(16.123)
Custo de construção	(214.331)	(531.076)
Outros	(25.261)	(18.750)
	<u>(433.459)</u>	<u>(706.058)</u>
Custo dos serviços prestados	(180.348)	(42.703)
Custo de construção	(214.331)	(531.076)
Despesas gerais e administrativas	(38.939)	(44.109)
Outras receitas (despesas) operacionais	159	(88.170)
	<u>(433.459)</u>	<u>(706.058)</u>

(\*) Inclui os custos contratuais da concessão, como verbas de fiscalização e segurança, conforme previsto no contrato de concessão no montante de R\$12.812 em 31 de dezembro de 2016 (R\$10.964 em 31 de dezembro de 2015).

(\*\*)Refere-se ao reconhecimento da perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 60 dias do reconhecimento do crédito não recebido.

## 15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Juros sobre aplicações financeiras	1.792	2.602
Variação monetária ativa	106	468
Descontos obtidos	58	21
Ajuste a valor presente	1.568	-
Outros	13	103
Total receitas financeiras	<u>3.537</u>	<u>3.194</u>
Comissões e despesas bancárias	(7.135)	(2.874)
Juros sobre financiamentos	(15.554)	(4.975)
Juros passivos	(110)	(65)
Outros (*)	(16.425)	(13.549)
Total despesas financeiras	<u>(39.224)</u>	<u>(21.463)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(35.687)</u>	<u>(18.269)</u>

(\*) Desse montante, R\$14.580 é despesa financeira referente ao Aval, conforme nota explicativa 7.

No exercício de 2016, a Companhia incorreu em R\$128.294 de despesas de juros do empréstimo e custo de captação com o BNDES (R\$74.186 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 7.908 compensados com a receita financeira oriunda do mesmo (R\$ 10.946 em 31 de dezembro de 2015). O montante de R\$97.747 foi capitalizado no intangível (R\$57.098 em 31 de dezembro de 2015) e o restante de R\$ 20.593 mantido no resultado (R\$ 6.142 em 31 de dezembro de 2015).

## 16. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantém disponíveis durante o período.

A Companhia não possui instrumentos diluidores.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Numerador básico		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	26.877	(55.057)
Denominador básico		
Média ponderada por lote de mil ações	<u>395.068</u>	<u>380.753</u>
Lucro líquido / prejuízo (básico e diluído) por lote de mil ações - R\$	<u>0,069</u>	<u>(0,145)</u>

## 17. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização (básico)</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia ao poder concedente (a) (*)	505.134	20/03/16 a 20/03/17	Fator Seguradora S.A.
Responsabilidade civil geral (b)	50.000	01/08/16 a 01/08/17	Tóquio Marine
Riscos operacionais (c)	40.000	01/08/16 a 01/08/17	Bradesco
Edificações (Escritório Cristalina)	500	20/08/16 a 20/08/17	Allianz
Edificações (Escritório Sede)	3.953	16/10/16 a 16/10/17	Mitsui
Edificações (Almox Nova Lima)	6.200	21/01/16 a 20/01/17	Mitsui
Edificações (Almox Paracatu)	1.400	09/03/16 a 09/03/17	Porto Seguro
Veículos	Por veículo	18/09/16 a 18/09/17	Liberty
Máquinas	Por máquina	18/10/16 a 18/10/17	Sompo
D&O (*)	100.000	19/01/2017 a 20/03/2017	XL Seguros

- (a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia “PER”.
- (b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.
- (c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia.

(\*)A apólice de seguro Resp. Civil Administradores D&O e Garantia ao Poder Concedente venceu em 20 de março de 2017 e foi renovada até 20 de março de 2018.

(\*\*)A apólice de seguro Edificações (Almox Paracatu) venceu em 09 de março de 2017 e foi renovada até 09 de março de 2018.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 18. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A VIA 040 deverá manter, em favor ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

\*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento das metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio.

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

	<u>Valor</u>
Verba de fiscalização	10.410
Verba de segurança no trânsito	1.334
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da Concessionária BR 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes que detalham as atividades de responsabilidade da Concessionária BR 040, com fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

<b>Frente 1</b>	<b>Frente 2</b>	<b>Frente 3</b>	<b>Frente 4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação e recuperação das edificações e instalações operacionais;</li> <li>- Recuperação e manutenção;</li> <li>- Sinalização e elementos de proteção e segurança;</li> <li>- Terraplenos e estruturas de contenção;</li> <li>- Obras de arte especiais;</li> <li>- Canteiro central e faixa de domínio;</li> <li>- Pavimento; e</li> <li>- Sistemas elétricos e de iluminação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço;</li> <li>- Obras de ampliação de capacidade e melhorias;</li> <li>- Obras em trechos urbanos;</li> <li>- Obras de manutenção de nível de serviço; e</li> <li>- Obras emergenciais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistemas elétricos e de iluminação;</li> <li>- Pavimento;</li> <li>- Elementos de proteção e segurança;</li> <li>- Obras de arte especiais;</li> <li>- Sistema de drenagem e obras de arte correntes;</li> <li>- Terraplenos e estruturas de contenção;</li> <li>- Canteiro central e faixa de domínio;</li> <li>- Edificações e instalações operacionais; e</li> <li>- Conservação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços;</li> <li>- Centro de controle operacional;</li> <li>- Equipamentos e veículos da administração;</li> <li>- Sistemas de controle de tráfego;</li> <li>- Sistemas de atendimento ao usuário;</li> <li>- Sistemas de pedágio e controle de arrecadação;</li> <li>- Sistema de comunicação;</li> <li>- Sistema de pesagem;</li> <li>- Sistema de guarda e vigilância patrimonial; e</li> <li>- Reforma dos postos da polícia rodoviária federal.</li> </ul>

O PER prevê um prazo até 5 (cinco) anos, a contar da data de obtenção da licença de implantação, para que estes investimentos sejam finalizados.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.



A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3.796	3.044
Aplicação financeira (a)	15.000	8.748
Créditos a receber (b)	31.739	28.022
Partes relacionadas (b)	234	6
Total do ativo	<u>50.769</u>	<u>39.820</u>
Passivos		
Fornecedores (b)	64.327	69.789
Partes relacionadas (b)	37.643	15.621
Empréstimos e financiamentos (b)	959.788	780.783
Outras contas a pagar (b)	20.578	5.542
Total do passivo	<u>1.082.336</u>	<u>871.735</u>

- (a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.  
 (b) Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter

efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

#### Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	3.796	-	3.796	-
Aplicações financeiras	<u>15.000</u>	-	<u>15.000</u>	-
Total	<u>18.796</u>	-	<u>18.796</u>	-
Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	3.044	-	3.044	-
Aplicações financeiras	<u>8.748</u>	-	<u>8.748</u>	-
Total	<u>11.792</u>	-	<u>11.792</u>	-

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

#### c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI.

#### d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e

aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas anuais consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	13,63%	10,22%	6,82%
TJLP Passivo (% ao ano)	7,5%	9,38%	11,25%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

*Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros*

Em 31 de dezembro de 2016, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	DI	15.000	2.045	1.533	1.022
Passivos financeiros					
Empréstimo e financiamentos	TJLP	959.788	71.984	90.028	107.976

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Em 31 de dezembro de 2016, dado a aproximação da data de vencimento do empréstimo PONTE obtido junto ao BNDES, e consequente classificação contábil do total da dívida em seu passivo circulante, o índice de liquidez nessa data está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida	959.788	780.783
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira	(18.796)	(11.792)
Dívida líquida	<u>940.992</u>	<u>768.991</u>
Patrimônio líquido (*)	<u>347.816</u>	<u>320.939</u>
Endividamento líquido	<u>1.288.808</u>	<u>1.089.930</u>

(\*) Montante líquido do AFAC

g) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através das contas garantidas e empréstimos e financiamentos.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

<u>31 de dezembro de 2016</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	951.333	8.455	-	-	959.788
Fornecedores	58.542	1.535	1.535	2.715	64.327

#### PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente, a partir do momento em que o ativo construído se torna operacional considerando a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu R\$1.194 a título de provisão para manutenção (R\$320 em 31 de dezembro de 2015).

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início previsto até 31 de dezembro de 2016 é de 14,25% a.a.

A estimativa da Companhia quanto ao prazo de desembolso dos valores provisionados, até a data base destas demonstrações contábeis é de, 08 anos, que considera o volume de tráfego nos trechos já duplicados e seu consequente desgaste.

#### 20. PROVISÃO AMBIENTAL

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do mesmo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu R\$3.532 (R\$806 no passivo circulante e R\$2.726 no passivo não circulante), em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu R\$4.562 (R\$250 no passivo circulante e R\$4.312 no passivo não circulante), trazido a valor presente, a título de provisão ambiental.

De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), a Companhia iniciou o dispêndio dos recursos relacionados ao projeto em fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para dezembro de 2022.

A taxa para cálculo do valor presente é de 13,75% a.a.

## 21. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia possui no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 as transações não caixa conforme segue abaixo.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	39.527	51.585
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	97.747	57.098
Outros	-	18.762

## 22. CONTRATO DE CONCESSÃO

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT.

O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

Encerrado o prazo de concessão, serão entregues à União todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão.

Este contrato possui cláusulas que restringem a alienação e aquisição dos bens da concessão.

Como parte do Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota Explicativa nº18.

O primeiro reajuste contratual da Companhia ocorreu 15 de julho de 2016, data do reajuste de 4,35% em relação a tarifa anterior, conforme Resolução ANTT nº 5143, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 do mesmo mês, aprovou a 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio – TBP do Contrato de Concessão.

A data-base para os reajustes seguintes serão realizados sempre no dia 30 de julho do ano corrente do período sob concessão.

O Contrato de Concessão prevê que seja garantido à Companhia a possibilidade de requerer reequilíbrio contratual, quando necessário, para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Em contrapartida, também rege que a Companhia está sujeita a penalidades caso descumpra as obrigações firmadas junto ao Poder Concedente.

A tarifa de pedágio será reajustada para incorporar a variação do IPCA, com base em fórmula que considera fatores de desempenho relacionados ao Contrato de Concessão.

### 23. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu R\$216.473, como receita de construção (R\$536.386 em 31 de dezembro de 2015) e como margem de construção R\$2.142 (R\$5.310 em 31 de dezembro de 2015).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.435.654 (R\$1.128.378 em 31 de dezembro de 2015), incluindo R\$963 (R\$5.046 em 31 de dezembro de 2015) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

### 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### a) Aumento do Capital Social

Em 10 de janeiro de 2017 a Invepar autorizou o aumento do capital social da Companhia em R\$ 94.000. Deste aumento R\$55.000 haviam sido recebidos em 31 de dezembro de 2016 e reconhecidos nestas demonstrações contábeis como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”). O saldo restante será integralizado a medida que a diretoria da VIA040 faça o chamamento do capital.